



## **A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO SEXUAL: HOMOFOBIA NA ESCOLA**

Francisco Jordão Fonteles<sup>1</sup>

Francisco Neildo Araújo<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A homofobia é um tipo de violência presente nas escolas, frequentemente empregada na forma de violência verbal, carregada de conotações sexuais pejorativas quanto à sexualidade da vítima, essa violência muitas vezes passa despercebido aos olhos da escola. Sendo assim, esta pesquisa parte da necessidade de discutir o papel da educação sexual e mostrar os efeitos causados por sua ausência. Para a sua elaboração, metodologicamente a mesma ocorreu por meio de levantamentos bibliográficos da obra de autores como Foucault (2015), Louros (2018), Hall (2015) e nos documentos que regulam a educação brasileira, buscando aberturas para o ensino de educação sexual no currículo escolar e estruturando-se em três blocos para poder explanar melhor o tema, na qual se intitulam como “Políticas públicas educacionais”, “Homofobia no ambiente escolar” e “A sociedade pós-moderna”. Dessa forma pode-se compreender melhor como o preconceito se desenvolve socialmente e como ele surge dentro do ambiente escolar, assim, se compreende a luta para a implantação de uma educação sexual que trate seriamente e de maneira responsável sobre a diversidade sexual.

**Palavras-chave:** Gênero, Diversidade Sexual, Ambiente Escolar, Homofobia.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo é resultado de uma comunicação oral que desencadeou a discussão a respeito da diversidade sexual na escola, realizada no VI Congresso Nacional de Educação, que aconteceu na cidade de Fortaleza-CE. Mediante essa abordagem surgiu o interesse de realizar um estudo a respeito da vivência homossexuais na escola, visto que trata-se de um assunto relevante para a educação. Fomentando assim uma grande desconstrução a respeito da educação sexual voltada para as questões de sexualidade e gênero, que contribuíram para a realização desse trabalho, intitulado “A abordagem da educação sexual: homofobia na escola”. Tendo como enfoque a discussão a respeito da homofobia presente no ambiente escolar.

Diante disso, é importante ampliar a discussão em torno vivência homossexual nas escolas e sobretudo entender discrepância que há entre a função educação sexual nos ambientes educacionais e o real sentido empregado a essa educação, objetivando anular a ideia de que uma educação sexual que aborda temas como sexualidade e identidade de gênero torna os alunos homossexuais pelo simples fato de entender que a homossexualidade existe e pode ser vivida.

Portanto, têm se como questão problema, visualizar de que maneira a homofobia se desenvolve no ambiente escolar, e por meio disso, compreender a importância de incrementar no currículo escolar práticas pedagógicas que auxiliem no combate à discriminação e que envolvam a educação sexual possibilitando aos estudantes um ambiente seguro para se expressarem livremente.

Deste modo, este estudo tem por objetivo reconhecer a importância da educação sexual no âmbito escolar, a inclusão da temática a respeito da pluralidade de gênero e sexualidade, a partir da inclusão de práticas que qualificam professores e todo corpo docente a



respeito dessas questões, para ser possível à promoção de discussões a respeito desses assuntos.

Para o desenvolvimento metodológico deste estudo, foi feita uma pesquisa para levantamentos bibliográficos, com o intuito de promover um maior embasamento teórico. Alguns autores contribuíram para a produção do artigo, como Michel Foucault, a partir da leitura dos livros *História da sexualidade I* e *Microfísica do poder*; Stuart Hall, no seu estudo sobre *A identidade cultural na pós-modernidade*; Guacira Louro, a partir da leitura de seu trabalho denominado *Gênero, sexualidade e educação* e entre outros. Os trabalhos tratam a respeito da sexualidade em diversos âmbitos sociais, para assim, ter subsídios da temática proposta, e então, proporcionar um aprofundamento no assunto abordado, de modo a contribuir para o enriquecimento das questões discutidas.

A estrutura do artigo consiste na elaboração de tópicos, para desencadear um maior entendimento da temática proposta. Dessa forma, no primeiro tópico, que se intitula “Políticas públicas educacionais”, tratamos a respeito da trajetória da educação sexual por meio do estudo dos documentos que regem a educação brasileira. Enquanto que no segundo, “Homofobia no ambiente escolar”, discutiremos sobre as formas que a homofobia é vivenciada na escola e como esta se posiciona a respeito do problema. E no terceiro, “A sociedade pós-moderna”, será debatido como a sociedade tem vivenciado a mudança das chamadas identidades culturais.

Deste modo, constatou-se a necessidade de criar políticas educacionais dentro das escolas para criar diálogos na educação a respeito da sexualidade, com o intuito de combater o preconceito e a discriminação para com os estudantes que fogem do padrão heteronormativo. Assim, é imprescindível a criação de outras formas de pensar a pluralidade no ambiente escola que represente os sujeitos e que promovam uma formação escolar cidadã de maneira igualitária e assegurada no respeito à diversidade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Para Foucault (2015) o pudor moderno faria com que não se falasse dele (sexo), exclusivamente por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismo que, de tanto calar-se, impõem o silêncio, censura. Vamos nos apropriar desse pensamento o qual Foucault chama de *hipótese repressiva*, que seria o uso de metáforas, eufemismos e outros recursos para fugir do discurso direto sobre sexo e sexualidade, usando o conceito dessa hipótese para explicar a omissão de uma educação sexual no currículo escolar, seja no real, oculto ou formal.

O currículo está relacionado a tudo que a escola quer ensinar e a sequência desses ensinamentos vai depender do tipo e aluno que a instituição quer formar, essa ideologia pode ser consciente ou não e é escolhida de acordo com a série, idade, entre outros [...] a inclusão ou exclusão de temas a serem trabalhados é uma atitude política que demanda um poder sobre todos que frequentam a escola, e inclusive sobre os professores que irão ministrar as aulas. (SANTOS e FELIPE, 2018, p. 42).

Vamos nos atentar ao currículo oculto, que seria aquele que não é explicitado nos planos e propostas, que não são percebidos de forma clara pela comunidade escolar. Ele seria composto por atitudes e valores que são transmitidos de forma implícita no cotidiano escolar.



Isto é, a vivência sexual dos estudantes está inserida no currículo oculto, como a gravidez na adolescência, *bullying*, até relações sexuais que ocorrem dentro das instituições.

Santos e Felipe (2018, p. 37) afirmam que a escola deveria ser um espaço de construção de conhecimento, no entanto, muitas vezes nega aos alunos informações e debates sobre diversidade sexual, quando deveria promover o raciocínio crítico sobre esses temas. Movida pela necessidade de se inserir em convenções sociais, ou por acreditar que os alunos não devem saber ou mesmo que não seja seu papel tratar desse conteúdo. No entanto, os alunos começam a discutir assuntos como sexo e sexualidade muito cedo. Os diálogos como esses começam a acontecer nos ambientes sociais da escola desde o ensino fundamental, mesmo que isso ocorra de forma inconsciente. Portanto não se pode afirmar que os alunos não estão preparados, ou que sejam novos demais para discutir a respeito desses assuntos, pois, tanto estão preparados, como também buscam esses diálogos por meio da *internet*, amigos.

Ademais esse desejo por informações, a emoção que o tema traz aos estudantes faz com que muitas vezes obtenham essas informações de maneira quase clandestina, já que falar sobre sexo é um problema e as instituições que cercam esses jovens (igreja, família e escola) fogem à responsabilidade de instruir esses jovens.

Mesmo quando a escola tem uma política de educação sexual, que seja aberta ao diálogo com os alunos sobre sexo, gravidez na adolescência e IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis), muitas vezes essas questões permeiam apenas nas questões biológica, deixando de trabalhar questões sobre sexualidade e identidade de gênero.

Como também a escola é um local que forma opiniões, um local onde se deve ensinar e praticar o respeito a todos os gêneros e sexualidades, a inexistência de uma educação sexual direta é incoerente com o papel da escola de formar cidadãos, já que, ela é a instituição democrática, onde se deve discutir sobre assuntos que envolvem a cidadania. Louro (2014, p. 65) vai afirmar que a escola é o lugar que aprendemos a olhar e a nos olhar, se aprende a falar e a ouvir e a calar, a escola é um local de formação de pessoas, entretanto, mesmo a escola sendo esse espaço de formação, a história da escola enquanto instituição é marcada pelo seu papel de segregar, que divide as pessoas por suas condições.

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos - tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou a separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Ela também fez diferença de ricos e pobres e ela imediatamente separou meninos as meninas. (LOURO 2014, p 61)

É importante ressaltar que o uso linguagem como forma de humilhar, isolar, ofender e ameaçar, que muitas vezes é feita por educadores e por estudantes para atacar tudo que for diferente da heteronormatividade, seja por piadas, insultos ou caricaturas de estereótipos criados. Esse tipo de comportamento é admitido pela escola, quando não os intervém. De acordo com Brasil (2004, p.71):

A homofobia é uma matriz poderosa na escola: desde o inocente “Não seja maricas” ou “Vai aprender a ser homem” até a homofobia amigável dos que acham que quem não se enquadra no padrão reconhecido como normal “pode até ter direitos, desde que...”. Há



sempre um “desde que”, um reconhecimento de cidadania, mas “de segunda”, um reconhecimento de igualdade, mas só alguma.

A linguagem é uma ferramenta significativa, não apenas expressa relações, poderes e lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças, seja pelo uso do diminutivo, pela escolha dos verbos, por associações e por analogias feitas entre determinadas qualidades atribuídas ao comportamento e aos gêneros. A linguagem também está no “não dito”, no que existe e não devem ser verbalizado, com o intuito de fazer com que não exista mais, podendo citar como exemplo a homossexualidade (LOURO 2014, p. 69).

Ancorado nesse pensamento de que a linguagem é uma ferramenta poderosa, também usada para punir os sujeitos que têm trejeitos que fogem do padrão heteronormativo. Usam da agressão verbal, *bullying*, e apelidos como forma de impor o castigo. Segundo Foucault (2014, p. 175), escola é repressora de micropenalidades, como atitudes “incorretas”, gestos não conformes e a indecência. Pode-se interpretar o *bullying* como a forma moderna das micropenalidades das antigas escolas francesa apresentada por Foucault.

De acordo com Santos e Felipe (2018, p. 34) a escola deixa de ser um lugar aprazível, seguro e acolhedor e torna-se um local violento onde todos sofrem, desde as vítimas do *bullying*, até os que tratam e/ou compactuam com a violência, quanto ao *bullying* homofóbico, a escola está contribuindo com ele quando não intervêm. Por esse motivo a sexualidade foi apresentada como tema transversal nos Parâmetros curriculares nacionais (PCNs).

## **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS**

Os PCNs foram o aval oficial concedido à escola como o lugar onde a educação sexual deve acontecer, os quais reconhecem a escola como local fundamental para se discutir sobre questões que envolvam a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação, a importância da solidariedade e do respeito.

Têm como objetivo geral o “desenvolvimento do respeito a si e aos outros, contribui para garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades” (BRASIL 1997, p. 91). Quando os PCNs apresentam os temas transversais, que segundo o (BRASIL 1997, p. 15) “são temas que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva”. Os temas transversais não são apresentados como novas disciplinas ou matérias, mas sim questões de caráter social a serem incorporados paralelamente nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola.

A pluralidade cultural e orientação sexual são apresentadas como um dos temas transversais que devem ser trabalhado nas disciplinas. Com o objetivo de fazer com que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade, respeitando a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual, compreendendo a busca de prazer como um direito, conhecendo e cuidar do seu corpo de forma a repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, para assim poder posicionar-se contra discriminações e assim expressar livremente seus sentimentos e desejos e reconhecer o consentimento mútuo como necessário para usufruir prazer numa relação a dois. (BRASIL 1997, p. 311).

Apesar de a sexualidade ser um tema transversal, a homossexualidade é quase sempre silenciada. A maioria dos professores aborda essa

temática em relação às doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, aborto, enquanto temas também importantes como identidade de gênero e orientação sexual não são abordados. Quando são discutidos, estes temas são com base na heteronormatização. (SANTOS e FELIPE 2018, p. 45)

O PCN de orientação sexual era o único documento vigente na educação brasileira que abordava explicitamente sobre sexualidade como tema relevante para a educação dos jovens, porém em maio de 2004, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) lançou o programa Brasil sem Homofobia, um programa de combate à violência e a discriminação contra LGBTQ+. Paralelo a esse projeto existia o Escola sem homofobia, que era uma ação não governamental que serviria de complementação do projeto Brasil sem homofobia.

O material didático que integrava o projeto Escola sem homofobia era dividido em apostilas e curtas metragem. Uma das apostilas, o *Caderno escola sem homofobia*, tinha como objetivo “contribuir para a implementação e a efetivação de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro” (BRASIL 2004, p. 8). Esse projeto foi alvo de injúrias e *fake news*, foi perseguido pelas bancadas mais conservadoras do congresso nacional, pois, acreditavam que esse projeto iria destruir a “família tradicional brasileira”, pois ao falar sobre sexualidade e identidade de gênero de maneira séria e instrutiva, os jovens iriam se tornar homossexuais.

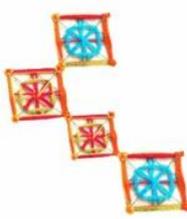
Entretanto, o material didático seria exclusivamente destinado aos professores para instruí-los e capacitá-los para poderem tratar de maneira adequada o preconceito com pessoas LGBTQ+ nas escolas, já que o professor é um sujeito importante no desenvolvimento das melhorias no ensino e sobretudo, na implementação de uma educação sexual eficiente e que trabalhe também a sexualidade humana (LOURO 2014, p. 71).

## **HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Segundo DICIO (2020) homofobia é “Ódio direcionado aos homossexuais, geralmente demonstrado através de violência física ou verbal, Preconceito contra homossexuais ou contra pessoas que não se identificam como heterossexuais”. A homofobia é nociva ao desenvolvimento e a vida e causa diversas consequências. De acordo com BRASIL (2004, P. 37):

O efeito mais funesto do preconceito e da discriminação é minar a autoestima das pessoas e, pior ainda, impingir-lhes culpa por serem o que são. A consequência disso é a homofobia internalizada, isto é, a negação da própria orientação sexual ou até mesmo a tentativa de mudá-la para adaptar-se ao que as pessoas esperam.

Por volta de 1870, os psiquiatras começaram a constituir a homossexualidade como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controles novos (FOUCAULT 2019, p. 350). Surgem nessa mesma época manifestações homossexuais com intuito de mostrar a verdade a partir do seu ponto de vista, os homossexuais veem o discurso médico como um desafio, Foucault (2019, p. 351) fala [...] está certo, nós somos o que vocês dizem, por natureza, perversão ou doença, como quiserem. E, se somos assim, sejamos assim e se vocês quiserem saber o que somos, nós mesmos diremos, melhor que vocês. Toda uma literatura da homossexualidade, muito diferente das



narrativas libertinas, aparece no final do século XIX: veja Wilde ou Gide. É a inversão estratégica de uma "mesma" vontade de verdade.

A homossexualidade não é mais vista como patologia pela Organização Mundial de Saúde – OMS desde a década de 1990. Portanto, talvez hoje o problema não esteja mais no perceber-se homossexual: “quem sou eu?” ou “qual o significado do meu desejo?”. Muitos dos alunos sabem a sua sexualidade, mas talvez não a compreenda ou mesmo sabem vivenciá-la e não podem por medo da rejeição de do preconceito. Dessa maneira, é papel da escola auxiliar no desenvolvimento saudável da sexualidade, dos desejos e poder orientá-los nesse processo.

Contudo, a escola foge ao diálogo, seja por despreparo, preconceito por parte das pessoas que compõem a instituição, ou mesmo motivos religiosos, que segundo Cruz (2011) mais contribui para aumentar as possibilidades de punição do que à compreensão e aceitação do sujeito com esses comportamentos. Muito se usa a justificativa de que o diálogo sobre sexo e sexualidade é um incentivo para que os jovens iniciem a vida sexual, ou até mesmo mude sua orientação sexual, os “tornando” homossexuais.

A ausência dessas orientações acarreta muitos problemas, já que se na escola não existe diálogo sobre sexualidade e educação sexual, e se a falta de formação gera pessoas homofóbicas, logo teremos estudantes reproduzindo homofobia, praticando sexo desprotegido, sendo abusados e nem mesmo sabendo que estão.

Deste modo, a constante repetição das ofensas praticadas por esses alunos homofóbicos, muitas vezes, ocorre por causa da impunidade, alguns professores acreditam que as ofensas sejam brincadeiras (SANTOS e FELIPE 2018, p.35). O não reconhecimento da discriminação contra pessoas LGBTQ+ na escola demonstra inclinação às regras apoiadas na heteronormatividade, que é a ideia de que, a princípio, todos são heterossexuais, logo a heterossexualidade seria a sexualidade natural dos seres humanos. É comum, também, que professoras/es, demonstrando preocupação com estudantes que elas/es julgam poderem ainda ser “salvos”, proponham estratégias “curativas”, geralmente atribuindo à família o papel de intervir sobre o comportamento “inadequado” de filhas e filhos (BRASIL 2004, P. 60)

Portanto, é difícil se expressar de maneira não heterossexual estando dentro dos espaços escolares, já que a homossexualidade é vista como um comportamento inapropriado, julgado e apontado por outros alunos. De acordo com Cruz (2011) 90% a agressão verbal presente nas escolas referem-se à sexualidade do ofendido, ou seja, a homossexualidade é vista como uma transgressão. A injúria força os homossexuais a se esconderem ou enfrentarem diariamente a hostilização dos que não fogem do padrão heteronormativo. O que Foucault chama de *dispositivos sexuais*, que seriam, no ambiente escolar, todo o padrão heteronormativo que “deve” ser vivido.

De acordo com Foucault (2019) os dispositivos sexuais produzem normas que interferem na construção das identidades sexuais dos indivíduos, sem fazer distinção entre heterossexuais e homossexuais, esses dispositivos tanto podem ser discursivos como não discursivos, saberes e poderes que visam normatizar, controlar e estabelecer verdades a respeito do corpo e seus prazeres. Esses dispositivos surgem em determinado momento da história, e são práticas e discursos que têm como função corresponder com a realidade da época.

Através deste termo [dispositivo] tento demarcar [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes termos (FOUCAULT 2019, p 364).



As normas que integram os dispositivos sexuais podem estar ligadas implicitamente no cotidiano escolar desde o ingresso das crianças na educação infantil com a separação binária entre meninos e meninas, que vai diferenciar cores, roupas, brinquedos e comportamentos adequados para cada gênero.

Os dispositivos sexuais também podem ser encontrados nos livros didáticos, que são amplamente utilizados e que têm um papel importante na execução de práticas com base no currículo, muitas vezes é o único material didático utilizado em sala. Embora não façam alusão alguma à homofobia, mas tão pouco cita pessoas LGBTQ+, não existe representatividade alguma, logo jovens não têm em quem se inspirar. De acordo com BRASIL (2004 p. 65):

Os livros didáticos são materiais bastante utilizados nas escolas. Com certeza, oferecem apoio à diversificação das atividades curriculares, sendo até mesmo distribuídos gratuitamente nas escolas públicas. Neles, circulam imagens e textos em que se apresenta e se ensina um modelo conceitual de diversos conteúdos na instituição escolar. É preciso notar que muitas vezes eles contribuem para a formação e manutenção de concepções intuitivas e de senso comum que inferiorizam raças/ etnias, culturas, a mulher e as pessoas de orientação sexual diversa da “norma”, e abrem espaço para a perpetuação do preconceito e da discriminação.

Stuart Hall (2015, p. 10) em seu estudo sobre a identidade cultural fala da importância da representação para que as pessoas possam se encontrar. “A narrativa da nação, tal como é contada, na mídia e na cultura popular, fornecem uma série de histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres”. Do mesmo modo que as pessoas precisam se encontrar dentro da sua nação, os homossexuais também precisam ser representados e assim se encontrarem socialmente, inclusive na escola.

## **A SOCIEDADE PÓS-MODERNA**

Poderíamos nos questionar o porquê de uma parcela da população ainda está presa na velha concepção de que a homossexualidade é uma patologia e, por isso, deve ser curada, como também a percebe como algo imoral que não deve ser verbalizado ou vivido de forma pública. Hall (2015, p. 10) afirma que:

Uma mudança estrutural ocorre desde o final do século XX, isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que antes eram fortes localizações como indivíduos sociais. Essas mudanças acabam abalando a ideia que temos de nós mesmo. Essa perda do “sentido de si” ele chama de crise de identidade, ou seja, toda a sociedade pós-moderna vive uma crise de identidade.



O preconceito como uma identidade nacional, que segundo Hall (2015 p. 30) seria um discurso, um modo de construir sentido para influenciar tanto organização da nação como a concepção que temos de nós mesmos. Essas identidades nacionais não são características inatas, como também são impressões e discursos que são formadas a partir da representação. Esses discursos constroem identidades que são colocadas de forma ambígua na história da sociedade, ele equilibra entre a tentação em retornar as glórias passadas e o avanço para alcançar ainda mais a modernidade.

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno. [...] abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL 2015, p.9).

Sendo assim, podemos interpretar essa afirmação como à luta entre o discurso apresentado pela parcela mais tradicional da sociedade, que deseja a volta do Ato institucional nº 5 por acreditar que se trata do período em que a nação era “grande” esse seria o elemento regressivo e anacrônico, já o discurso que se aproxima mais da modernidade, que deseja falar abertamente sobre sexualidade na escola, sobre direito das minorias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de sexualidade na escola, não é uma tarefa fácil, nem deve ser algo passageiro. É necessário que se desenvolvam mais políticas educacionais que trabalhe com alunos questões de gênero e sexualidade, que estas ações sejam aplicadas em sala de aula para que se erradique do ambiente escolar toda situações em que se observem a presença do preconceito e da exclusão.

O preconceito não é uma característica inata, é algo que se aprende e se reproduz vivendo em uma sociedade preconceituosa. Portanto a melhor maneira de garantir dignidade e respeito às pessoas LGBTQ+ é por meio da luta contra todo e qualquer preconceito, repensar os tabus presentes no ambiente escolar referente à sexualidade e a educação sexual.

Pode-se considerar que o processo de formação docente continuada, se constitui como uma ferramenta importante para que se possa combater a homofobia no ambiente escolar. Uma vez que, somente através de uma boa formação, os professores se tornarão aptos no desenvolvimento do tema frente às situações de homofobia que venham a se manifestar no ambiente escolar, e tornar-se-ão mediadores do tema frente aos estudantes, ajudando-os a erradicar a homofobia do ambiente escolar e da sociedade como um todo. Portanto, é importante discutir sobre homoafetividade na escola como forma de prevenção das consequências causadas pela homofobia como suicídio, evasão escolar e *bullying*.

Sendo assim, pode-se afirmar que este artigo foi de suma importância, na forma com que viabilizou um olhar para educação sexual como elemento fundamental a ser trabalhado como forma de combate à homofobia. Ampliando assim, nos espaços escolares o levantamento dessas questões e impulsionando também a análise crítica de pessoas que percebam a relevância científica e social de novas pesquisas, e políticas pedagógicas que desenvolvam estratégias a contemplar o ser diverso pela educação.

## REFERÊNCIA:



BRASIL. Secretaria de educação fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de educação fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais*. Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Caderno Escola sem homofobia*. Brasília, MEC/SECAD, 2004.

CRUZ, Amadeu Roselli. Homossexualidade, homofobia e a agressividade do palavrão. Seu uso na educação sexual escolar. 2011, Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602011000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602011000100006&script=sci_arttext)>. Acesso em Abril de 2020.

DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/homofobia/>>. Acesso em: 03/05/2020.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Ed. Rio de Janeiro- RJ, Paz e terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 42. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10. Ed. Rio de Janeiro- RJ, Paz e terra, 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12. Ed. Rio de Janeiro-RJ: Lamparina, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

MONTARDO, Jorge. *A escola e a educação sexual*. 2008. Disponível em: <[https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs\\_online/artigos/revista\\_la\\_salle/2008\\_v13\\_n1/jmontar\\_do.pdf](https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/revista_la_salle/2008_v13_n1/jmontar_do.pdf)>. Acesso em Abril de 2020.

SANTO, A. C; FELIPE, E. M. C. *Sexualidade na escola: A voz do silêncio*. 1. Ed. Appris, Curitiba-PR. 2018.